

CENÁRIO REACENDE CONFIANÇA DO CONSUMIDOR

MUDANÇA NO COMANDO DO PAÍS, REORDENAÇÃO POLÍTICA E NOVAS PERSPECTIVAS DE GOVERNABILIDADE INFLUENCIAM TENDÊNCIA DE ALTA DO ICC

Ao longo de 2015, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), processado pela FecomercioSP, atingiu patamares recordes de baixa nos componentes que medem as condições atuais da economia e as expectativas do setor. Mais recentemente, começou a mostrar estabilidade com viés de alta. Essa tendência se acentuou no resultado de maio, apurado com base em mais de 2 mil entrevistas feitas nos últimos dias de abril, após a Câmara dos Deputados ter autorizado a instauração do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. O resultado mostra duas coisas muito importantes:

1. O consumidor tende a acertar muito mais em suas análises do que se pensa. Entendeu

que sem condições de governabilidade e com a crise ética instalada no governo, não existe possibilidade de recuperação da economia. Tendo em vista que a tendência de mudança de governo é positiva, o otimismo com relação ao futuro aumenta. Contudo, ele não se ilude: ainda enxerga a situação atual como muito ruim e compreendendo que pode haver um longo período de transição até que a economia reaja.

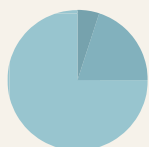
2. O ICC se mostra extremamente eficiente em antecipar tendências de comportamento desse indivíduo médio, que tem dado sinais de grande racionalidade em suas análises e, portanto, em suas reações diante da crise. No indicador divulgado em maio, houve forte crescimento das expectativas



(7,5%), o que puxou o ICC. A mudança no cenário político faz com que o consumidor reconquiste a confiança, e certamente os empresários mostrarão comportamento muito semelhante. [&]

pág. 02 INDICADORES

Índice da FecomercioSP agora inclui serviços e atacado



pág. 03 GESTÃO PÚBLICA

Dependência e fragilidade estrutural dos municípios



pág. 04 MEI

Quem pode se formalizar como Microempreendedor Individual?



INDICADORES AMPLIADOS E MAIS COMPLETOS

PESQUISA DE EMPREGO NO COMÉRCIO AGORA TRAZ INFORMAÇÕES DO SETOR DE SERVIÇOS E DO COMÉRCIO ATACADISTA

A metodologia utilizada na Pesquisa de Emprego no Comércio Varejista do Estado de São Paulo (PESP) foi expandida no último mês de abril. O objetivo principal é subsidiar os trabalhos dos conselhos tradicionais da FecomercioSP com informações de todas as áreas de atuação da Entidade e de seus sindicatos filiados. Agora, além de dados mensais de admissões, desligamentos, saldo e número de empregos formais no comércio varejista paulista, a PESP disponibilizará também informações do mercado de trabalho dos setores de comércio atacadista e serviços.

A medida é mais um passo importante da FecomercioSP, que se consolidou ao longo dos anos como uma das principais fontes de informações e análises do comércio de bens, serviços e turismo do Estado de São Paulo. A Entidade é pioneira no desenvolvimento de indicadores do setor, a começar pela Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista (PCCV), primeiro levantamento do gênero no Brasil, atualmente realizada com base em dados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) e segmentada regionalmente, com informações de desempenho das vendas nas 16 Delegacias Regionais Tributárias.

Um convênio assinado em 2015 com a E-bit possibilitou o cruzamento de dados dos varejos físico e eletrônico. Hoje, com a Pesquisa Conjuntural do Comércio Eletrônico (PCCE), estão disponíveis também informações de vendas do e-commerce em cada uma das 16 regiões do Estado.

No esforço de disponibilizar cada vez mais dados regionais que ajudassem a compreender a dinâmica do varejo também no interior paulista, a FecomercioSP expandiu a PESP, antes restrita à região metropolitana, para todo o Estado. A pesquisa também passou a disponibilizar informações em âmbitos municipal e sindical.

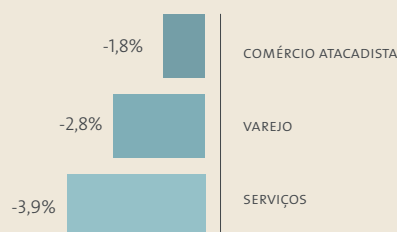
Outro passo importante foi a assinatura de um convênio com a Prefeitura de São Paulo para a elaboração de indicadores baseados na arrecadação do Imposto sobre Serviços

(ISS). A primeira edição da Pesquisa Conjuntural do Setor de Serviços (PCSS) saiu em março e traz dados mensais de faturamento segmentados nas suas 13 principais atividades.

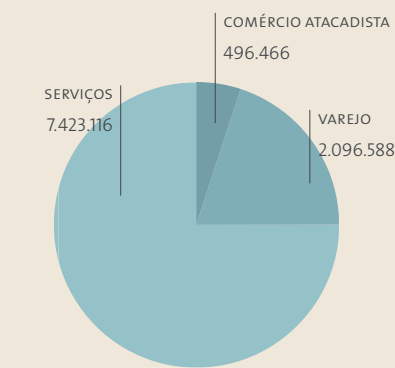
A edição de fevereiro das atualmente denominadas PESP Varejo, PESP Serviços e PESP Atacado mostrou que os três setores empregavam mais de 10 milhões de traba-

lhadores formais naquele mês no Estado de São Paulo. Entretanto, os empresários vêm sendo obrigados a adaptar o quadro funcional à nova realidade do mercado. Em um ano, o comércio atacadista já eliminou pouco mais de 20 mil vagas formais; o varejo, mais de 70 mil; e o setor de serviços, quase 170 mil postos de trabalho. [&]

RECUE DO ESTOQUE DE EMPREGO FORMAL
fev/16 x fev/15



PESQUISA DE EMPREGO NO COMÉRCIO DO ESTADO DE SP
varejo, atacado e serviços



mais de 10 milhões de empregados formais em fevereiro de 2016

OS DADOS DO COMÉRCIO ATACADISTA ESTÃO
SEGMENTADOS EM DEZ ATIVIDADES

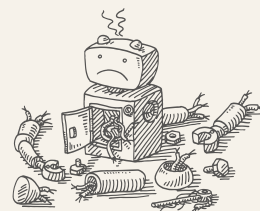
- Alimentos e bebidas;
- Prod. farmacêuticos e de higiene pessoal;
- Vestuário, tecidos e calçados;
- Eletrônicos e equipamentos de uso pessoal;
- Máquinas de usos comercial e industrial;
- Materiais de construção, madeira e ferramentas;
- Prod. químicos, metalúrgicos e agrícolas;
- Papel, resíduos, sucatas e metais;
- Energia e combustíveis;
- Outras atividades.

E OS DE SERVIÇOS, EM 12 ATIVIDADES

- Transporte, armazenagem e correio;
- Alojamento e alimentação;
- Informação e comunicação;
- Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados;
- Atividades imobiliárias;
- Atividades profissionais, científicas e técnicas;
- Atividades administrativas e serviços complementares;
- Administração pública, defesa e seguridade social;
- Educação;
- Saúde humana e serviços sociais;
- Artes, cultura, esporte e recreação;
- Outras atividades de serviços.

DEPENDÊNCIA E FRAGILIDADE ESTRUTURAL

BOA PARCELA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS ENFRENTA DIFICULDADES PARA SE SUSTENTAR SEM TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS E UNIÃO



Na multiplicidade de problemas que desafiam o País, a precária situação pela qual passa grande parte dos 5,57 mil municípios brasileiros merece atenção. Muitos enfrentam inúmeras dificuldades para se sustentarem: não dispõem de estrutura administrativa nem corpo técnico para tributar seus cidadãos (via ISS, IPTU e taxas locais) e arrecadar o mínimo necessário para manter seus aparelhos executivo e legislativo, bem como seus investimentos em infraestrutura e programas sociais.

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de

2015, metade dos municípios brasileiros não conta com um Plano Diretor (obrigatório a municípios com população acima de 20 mil habitantes), o que leva a distorções e desdobramentos socioeconômicos imponderáveis.

Decorre daí a incapacidade de criação de política voltada ao desenvolvimento e à expansão urbana. Tal contexto também inviabiliza o planejamento e a execução de políticas públicas e amplia e agrava os desequilíbrios nas finanças locais. Tudo isso leva à crescente dependência municipal das transferências governamentais, estaduais e federais, asseguradas constitucionalmente pelos fundos de participação.

Essa dependência, uma anomalia estrutural, desdobra-se em duas vertentes. De um lado, estimula a guerra fiscal entre municípios, fato que fragiliza o federalismo e expõe e sobrecarrega o orçamento dos Estados e do governo central. De outro, acentua as baixas capacidades técnica e financeira dos municípios de atenderem com eficiência, suficiência e qualidade às demandas e carências da população.

Esse quadro real deveria servir como um fato relevante para sensibilizar políticos e governantes para a necessidade de materialização das reformas necessárias ao País, até aqui apenas mantidas no discurso. [&]

PROGRAMA APRENDIZAGEM GRATUITO NO SENAC.

EMPRESA, FAÇA PARTE DO PROGRAMA APRENDIZAGEM NO SENAC E ESCOLHA MUDAR A VIDA DE MUITOS JOVENS.

Além de cumprir a lei, você ajuda a preparar os jovens para o mercado de trabalho. Uma ótima escolha para a empresa e para esta **futura geração de profissionais.**



Publicis

Empresário, entre em contato com o Senac e informe-se sobre as turmas do Programa Aprendizagem com inscrições abertas.
www.sp.senac.br/cursosgratuitos - 0800 883 2000

ALTERNATIVA PARA SE RECOLOCAR NO MERCADO

A FORMALIZAÇÃO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
É CAMINHO PARA QUEM PERDEU O EMPREGO



No primeiro trimestre deste ano, a taxa de desemprego no País chegou à casa dos 10,9%, pior patamar desde 2012. Isso representa um contingente de 11,1 milhões de pessoas. Diante de um cenário de crises política e econômica, com a confiança da população em baixa e reflexos negativos no mercado como um todo, muitos desempregados resolvem abrir o próprio negócio como alternativa para se recolocarem no mercado.

Quem não dispõe de muitos recursos para colocar em prática essa empreitada, pode investir na figura do Microempreendedor Individual (MEI). Trata-se de uma forma de formalização do negócio mais simples e menos onerosa, que dá oportunidade ao empreendedorismo.

O MEI é uma pessoa que trabalha por conta própria, exercendo sua atividade de forma legal. Para se enquadrar nessa figura, o empreendedor deve faturar no máximo R\$ 60 mil por ano e não ter participação como sócio ou titular de outra empresa. Além disso, poderá ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

Além do fato de atuar legalmente, o MEI terá acesso a outras vantagens, como o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), facilitando a abertura de conta bancária, o pedido de crédito e a emissão de notas fiscais. Adicionalmente, o MEI é isento de tributos federais, tais como Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL.

Isso não significa que deixa de contribuir. Mensalmente, de acordo com a sua atividade, o MEI paga R\$ 1 de ICMS ou R\$ 5 de ISS, além da Contribuição Previdenciária, que corresponde a 5% do salário mínimo vigente (R\$ 44). Assim, os vendedores e pequenos industriais pagam R\$ 45 por mês, e os prestadores de serviços, R\$ 49. O pagamento desses impostos deve ser feito mediante a guia mensal DAS (Documento de Arrecadação Simplificada), a ser emitida no Portal do Empreendedor (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br>).

Não são todas as atividades que podem se formalizar como MEI. Para saber se poderá se enquadrar, o empreendedor deverá consultar a listagem no Portal do Empreendedor. Após identificar a atividade, o empreendedor deverá ir à prefeitura para checar se a em-

presa pode funcionar no endereço desejado e verificar se é preciso ter autorizações específicas para funcionar (Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária, por exemplo). Cumpriadas essas etapas, o empreendedor poderá abrir o negócio como MEI no Portal do Empreendedor. Após o cadastro, ele receberá um certificado que já dispõe do número do CNPJ.

Destaca-se que os procedimentos de formalização do MEI no Portal do Empreendedor atendem às esferas federal e estadual. Na esfera municipal, o empreendedor deverá acessar o site da prefeitura para realizar o Cadastro de Contribuinte Mobiliário (CCM), o que permitirá a emissão de nota fiscal no caso das prestadoras de serviços. Para comércio e indústria, o empreendedor deverá fazer o cadastro no portal da Secretaria da Fazenda do Estado.

O MEI é uma oportunidade para que o empreendedor dê o primeiro passo na sua atividade e possa crescer – ainda mais na atual conjuntura de deterioração dos cenários econômico e político. Muitos negócios começam pequenos e, com planejamento, vão crescendo, ganhando espaço no mercado e gerando emprego e renda. [8]



Senac Sesc FECOMERCIO SP

Aqui tem a força do comércio

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRESIDENTE ABRAM SZAJMAN • SUPERINTENDENTE ANTONIO CARLOS BORGES • COLABORAÇÃO ASSESSORIA TÉCNICA • COORDENAÇÃO EDITORIAL E PRODUÇÃO TUTU • DIRETOR DE CONTEÚDO ANDRÉ ROCHA • EDITORA IRACY PAULINA • FALE COM A GENTE PUBLICACOES@FECOMERCIO.COM.BR RUA DOUTOR PLÍNIO BARRETO, 285 • BELA VISTA • 01313-020 • SÃO PAULO – SP • www.fecomercio.com.br